



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

Boletim Rede de Estudos Rurais

ANO 13 - NÚMERO 51 - ABRIL/2025



Rua Evaristo da Veiga, 47, sala 902, centro
CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/0001-39

  redesrurais  redesrurais.org.br

Mensagem da Diretoria

Caras e Caros associadas (os)

No passado mês de março, após 10 anos do ano internacional da Agricultura Familiar, reuniram-se em Porto Alegre (RS) um conjunto diverso de organizações com o objetivo de reposicionar as questões relacionadas à agricultura familiar nos debates das agendas internacionais, nacionais e locais sobre mudança climática, transição dos sistemas alimentares e transição agroecológica. Sem dúvida o papel das unidades agrícolas familiares é fundamental para vencer muitos dos desafios impostos por esse contexto de mudanças e transições, posicionando-se como um ator chave nos processos de adaptação.

Entre as muitas aprendizagens e reflexões que deixou esse encontro estão as compartilhadas pela Leticia Chechi e Danielle Wagner nas colunas de opinião deste Boletim. Este tipo de trocas confirma a necessidade de continuar, de maneira coletiva, mobilizando diferentes correntes teóricas, coletando evidências, extraindo aprendizagens de boas experiências e promovendo o diálogo entre um amplo conjunto de organizações e pessoas para identificar e aproveitar as oportunidades que conduzam, de maneira mais acelerada, às transformações rurais no Brasil. Os resultados até agora alcançados, embora positivos, ainda não são suficientes para transformar a realidade de famílias rurais em condições de vulnerabilidade. Esses segmentos mais vulneráveis deverão fazer parte da transição para sistemas inclusivos, justos e sustentáveis.

No 11º Encontro da Rede a discussão continuará entre diversos grupos de pesquisa e outros atores sociais, para debater e fazer sínteses sobre temas contemporâneos das ruralidades brasileiras como são as transições alimentares, energéticas e digitais e o papel central nelas do Estado, a sociedade civil e o setor privado, considerando, nesse debate, as agriculturas familiares, os conflitos, os direitos, as relações de gênero, a sucessão rural e as políticas públicas.

Esperamos vocês em Vitória da Conquista (BA).

DIRETORIA

Mireya Valencia Perafán (UnB)
Silva Aparecida Zimmermann (UFRRJ)
Henrique Carmona Duval (UFSCar)
Roberto de Sousa Miranda (UFAPE)
Paulo Rogers da Silva Ferreira (IMS/ UFBA)

CONSELHO FISCAL

Alfio Brandenburg (UFPR)
Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCEG)
Washington Ramos dos Santos Junior (UESB)

CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL

Arilson Favareto (UFABC)
Betty Nogueira Rocha, brasileira (UFRRJ)
Catia Grisa, brasileira (UFRGS)
Cimone Rozendo de Souza (UFRN)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazonia Oriental)
Flaviane de Carvalho Canavesi, (UnB)
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz (UnB)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Leticia Andrea Chechi (UFRB)
Lívio Sérgio Dias Claudino (Unifesspa)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Ramonildes Alves Gomes (UFCEG)
Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Leitura Recomendada

Por Eric Sabourin (CIRAD ART Dev e UnB-MADER).

A coletânea organizada e coordenada por Silvia A. Zimmermann e Valdemar João Wesz Júnior, abre perspectivas originais e inovadoras em vários aspectos da produção acadêmica nacional e internacional.

São dois principais motivos de interesse para tomar conhecimento dessa obra: i) a mobilização teórica em torno do conceito de “sistema alimentar”; ii) a sua aplicação a determinadas formas de abastecimento alimentar fundadas numa proximidade ou solidariedade entre os agentes. O conceito de sistema alimentar tem a vantagem de considerar e integrar os diversos atores sociais e componentes desse ato social por excelência que constitui a alimentação, um fato social total para retomar a expressão de Marcel Mauss.

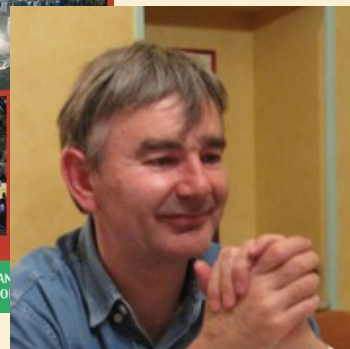
A entrada analítica pelos “sistemas alimentares” permite ao mesmo tempo integrar, cruzar e superar categorias setoriais como agronegócio, agricultura familiar, complexos agroindustriais, cadeias produtivas etc. O sistema alimentar, como mostra o capítulo de Renato Maluf pode ser aplicado a diversas escalas espaciais, territoriais e ainda ser conceituado do ponto de vista da sua dinâmica de descentralização.

Como mostram Zimmermann e Delgado no capítulo inicial da primeira parte, os sistemas alimentares são componentes cada vez mais importantes das estratégias de desenvolvimento territorial. Niederle e Wesz Jr evidenciam como os sistemas alimentares no seu conjunto são questionados sobre a sua qualidade sanitária e nutricional em termos de sustentabilidade, e os seus atores levados a inventar, promover ou adaptar elementos inovadores para promover a sua transição agroecológica.

Os conceitos teóricos e metodológicos sobre sistemas alimentares são aplicados a diversos objetos e atores, em vários espaços geográficos dos três países o que



Foto abaixo: Eric Sabourin



Zimmermann S.A., Wesz Jr W. J. Sistemas alimentares na trílice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, Jundiaí [SP]: Editora Paco, 2023, pp 88-108.. ISBN: 978-85-462-2258-2

permite uma abordagem comparativa e uma leitura das relações e interações entre os diversos agentes dos sistemas e das cadeias alimentares nos três países.

De fato, os mercados locais, os circuitos curtos e as iniciativas de segurança alimentar representam três formas de transação em torno dos alimentos que associam ao ato de troca mercantil uma relação social por meio da proximidade ou da confrontação presencial entre vendedor e consumidor. Essa relação social de proximidade repousa, no mínimo, sobre o diálogo direto e sobre a construção do interconhecimento entre os atores em presença. Esse diálogo pode ter a ver com a origem do produto, suas condições de produção, formas de processamento, suas qualidades ou seus modos de preparação alimentar e consumo como também com o preço. O interconhecimento mútuo pode levar a relações de fidelidade entre produtores, comerciantes e consumidores. Tais relações correspondem a expressão de formas de reciprocidade ou de solidariedade entre agentes dos sistemas alimentares. São então relações que, quando se tornam estruturantes e equilibradas (simétricas) promovem sentimentos humanos (respeito, amizade) e valores éticos (aliança, equidade, justiça) de acordo com os trabalhos sobre reciprocidade.

Opinião

Por **Leticia Andrea Chechi**

Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Agricultura Familiar: antigas resistências, novos desafios

Estamos na Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028), e após uma trajetória marcada por conquistas significativas, a agricultura familiar está à frente de uma diversidade de problemáticas, algumas já conhecidas, como seu próprio reconhecimento. Esse foi o contexto do evento “Agricultura Familiar: Desafios e Perspectivas 10 anos após o ano internacional da agricultura familiar 2014”, promovido pela UFRGS, CIRAD, Rede PP-AL, MDA e IICA, nos dias 25 a 27 de março de 2025, em Porto Alegre – RS.

Reunindo atores de relevância das temáticas rurais, as mesas apresentaram avanços e perspectivas para a agricultura familiar na atualidade, circulando entre questões como ciência e tecnologia, políticas públicas, comercialização, gênero, juventude, mudanças climáticas, agroecologia, entre outras em que essa categoria se faz presente. As exposições destacaram a importância da agricultura familiar em diversos países, ao mesmo tempo, em que trouxeram uma reflexão sobre sua vulnerabilidade frente a cenários de instabilidade política, econômica e institucional. A questão que permanece é que, apesar do reconhecimento de sua representatividade e relevância nas múltiplas dimensões, a agricultura familiar está em contínuo processo de enfrentamento, sendo observado o enfraquecimento das políticas públicas e a fragilidade das institucionalidades que garantem seu desenvolvimento.

O documento resultante do evento, intitulado “Manifesto Porto Alegre”, aborda esse cenário, destaca o papel e o potencial das unidades familiares em relação a quatro desafios globais: mudanças climáticas;

transições alimentares e agroecológicas territorializadas; alimentação de qualidade nas cidades; e, geração de trabalho. A partir da lente das mudanças climáticas, é notória a relevância da agricultura familiar em relação à mitigação e adaptação às mudanças do clima, considerando seus modos de vida e de produção.

Através da promoção da agroecologia, gestão sustentável do solo e da água, recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, dentre outras formas de manejo sustentáveis, as famílias agricultoras são mitigadoras das emissões de gases de efeito estufa. Por outro lado, estão entre os públicos mais afetados pelos impactos das mudanças climáticas, e por muito tempo têm buscado alternativas para conviver com essa realidade, através da cooperação e desenvolvimento de tecnologias sociais. Mesmo assim, o financiamento de pesquisas e de políticas públicas não tem como foco esse público. Na realidade, como apresentado no painel “Mudanças climáticas e financiamento para agricultura familiar”, uma parte muito pequena do financiamento climático global é direcionado ao setor agropecuário, consequentemente, uma parcela ainda menor chega até a agricultura familiar.

No contexto brasileiro, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – conhecido como Plano ABC – configura-se como a principal política pública voltada ao setor agropecuário no que diz respeito ao financiamento de tecnologias destinadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Apesar de contemplarem, teoricamente, o público da agricultura familiar, as pesquisas vêm apontando que este público não financia suas práticas através do crédito do programa, tampouco conhece seus objetivos e benefícios.

Ao final, compreendemos que a agricultura familiar permanecerá nos processos de enfrentamento, em novos cenários e desafios.>

Embora haja o desenvolvimento de iniciativas voltadas à promoção de práticas sustentáveis de produção, muitas dessas ações ainda se apresentam de forma dispersa e carecem de institucionalização. Paralelamente, observa-se um volume expressivo de financiamento direcionado para práticas que se distanciam deste objetivo, demonstrando o quanto somos contraditórios e carecemos de projetos estruturantes, que promovam mudanças consistentes, integradas e duradouras.

Opinião

Por Danielle Wagner

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Que Agriculturas Familiares estão no horizonte?

Nos dias 25, 26 e 27 de março de 2025, na UFRGS, em Porto Alegre, aconteceu o bonito evento Seminário Internacional “Agricultura Familiar: Desafios e Perspectivas 10 anos Após o Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2014”. Realizado pela Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural em América Latina – Rede PP-AL, em parceria com o Grupo de Pesquisa sobre Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento - GEPAD/UFRGS, o evento foi ambiente profícuo de partilhas sobre o cenário político e acadêmico relativos à Agricultura Familiar na América Latina, de atualização de agendas de pesquisa, de celebração, de encontros e reencontros, de muitos abraços, afetos e inspirações. Temas como políticas públicas, sistemas alimentares, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, mudanças climáticas, mercados, inclusão produtiva, juventude rural, não apenas compuseram a programação, mas suscitaram debates sobre futuros possíveis com e a partir da Agricultura Familiar.

No contexto da Região Norte, onde nasci, trabalho, pesquiso e vivo, o uso da categoria Agricultura Familiar não tem sido suficiente

para expressar a diversidade social do rural daquela região, mesmo em se tratando do acesso a políticas públicas como previsto na Lei nº 11.326/2006. Em Santarém/PA, por exemplo, lideranças de entidades representativas de povos e populações do campo, das águas e das florestas, ao buscarem unidade para afirmação de sua importância econômica e para construção de pautas políticas e de ações coletivas, contornam essa questão utilizando os termos “movimentos sociais” e “produção familiar” como agregadores de diversos grupos sociais que tem como características comuns e indissociáveis as categorias trabalho familiar, terra-território e pertencimento, sendo elas tradicionais ou não. Por outro lado, a diferenciação imposta pelo Estado para acesso a direitos, como o Seguro Defeso destinado a pescadores artesanais, torna desafiadora a construção de unidade em territórios onde pesca artesanal, extrativismo, agricultura, artesanato, turismo, dentre outras atividades produtivas, fazem parte do modo de vida das famílias.

Frente a esse contexto, além da pertinência das temáticas apontadas no seminário, temas que já são antigos em outras regiões brasileiras vão ganhando sentido e visibilidade na agenda política e acadêmica da Região Norte associados ao antigo e pertinente debate sobre estratégias de reprodução social do campesinato frente ao avanço do capitalismo, tais como: acesso à terra, sucessão rural, pluriatividade, multifuncionalidade, juventudes rurais, inclusão produtiva, mulheres como sujeitos políticos, infraestrutura, políticas agrícolas, modernização da agricultura familiar. Outros temas novos também estão em cena, como racismo ambiental, (in)justiças climáticas, soberania alimentar, resistência e resiliência. Todos esses associados a outros temas que seguem fundamentais no debate acadêmico associados à questão agrária brasileira: conflitos agrários, conflitos socioambientais, luta pela terra/território, identidade, desigualdades. >

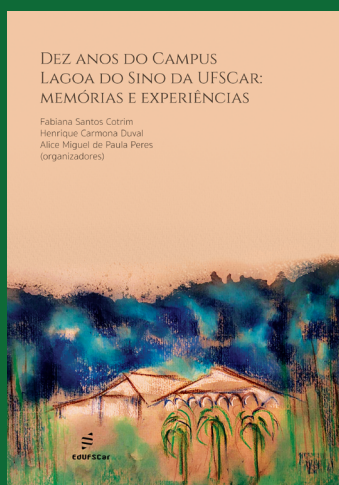
No Brasil amazônida, terra, água, floresta e outros “recursos” ainda são disputados em meio a violências manifestadas de diferentes formas, desde assassinatos de lideranças que denunciam grilagem de terras e exploração ilegal de madeira, até a não realização, por parte do Estado, da revisão ocupacional de assentamentos rurais para cumprir a reforma agrária. Como explicado pela pesquisadora paraense Raimunda Monteiro, mesmo que a Amazônia seja vista como espaço-estoque

pelo sistema capitalista, é lugar onde famílias agricultoras, agroextrativistas, extrativistas, em toda sua diversidade étnica, conformam esperanças teimosas e seguem na luta por seus territórios, pelo direito à vida. Em meio a tantos temas atuais, inovadores ou não, processos de diferenciação social no rural seguirão subsidiando agendas e nos lembrando dos limites de generalizações e da boniteza da diversidade de temas, de territórios, de agentes, de gentes.

Publicações de livros | clique nos títulos para acessar os links

Livro “Dez Anos do Campus Lagoa do Sino da UFSCar: memórias e experiências”.

Organizadores: Fabiana Santos Cotrim; Henrique Carmona Duval; Alice Miguel de Paula Peres. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2024, 428 páginas. ISBN: 978-85-7600-642-8



Fruto da visão e nobre gesto de doação de uma fazenda de grãos altamente produtiva, pelo escritor Raduan Nassar, o campus Lagoa do Sino da UFSCar completou dez anos em 2024. Instalado no Sudoeste Paulista, região que acumula grandes desigualdades, o projeto político-pedagógico do campus tem como eixos

principais o desenvolvimento territorial sustentável, a soberania e a segurança alimentar, e a agricultura familiar. O livro tem uma seção de memórias, que constrói uma narrativa a partir de diferentes pessoas que estiveram presentes na elaboração e implementação do campus, mostrando os desafios da criação de universidades no interior do país. Outra seção é dedicada às experiências de ensino e de extensão, escritas por membros da comunidade acadêmica. Ressaltam o pioneirismo de Lagoa na concepção e na vivência de projetos pedagógicos inovadores, bem como o perfil extensionista do campus, destacando a importância e a necessidade da universidade atuar como um centro de referência científica e tecnológica na região.

Livro “Cooperação, Diversidade e Criatividade – transformações sociomateriais em territórios Latino-Americanos”.

Organizadores: Flávia Charão-Marques e Alberto Arce



É uma indagação relevante para este livro como processos de cooperação participam da vida sociomaterial de um território, sem desconsiderar que ela é resultante de relações entre contingências e conflitos. Elucidar processos identificados com a cooperação, também, passa por reconhecer e entender como forças desestabilizadoras do território exercem influências sobre ele, ora incitando dinâmicas de aproximação, ora desencadeando eventos desagregadores. Estes “movimentos” de aproximação e afastamento, de colaboração e de individualismo provocam o surgimento de compostos de diferentes atores, entidades e materialidades. Tais compostos constituem um entrelaçado de objetos, interesses, ações e crenças, que acabam por fazer surgir os próprios territórios de cooperação.

Livro “Futuros Alimentares Sustentáveis”

Organizadores: Maycon NoreMBERG Schubert, Marília Luz David, Paulo Andre Niederle e Kamila Guimarães Schneider



O livro, organizado pelo grupo SOPAS (Sociologia das Práticas Alimentares) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), articula resultados do projeto de pesquisa homônimo apoiado pelo Instituto Ibirapitanga entre 2022 e 2023. Fruto do III Workshop Estratégias Alimentares e de Abastecimento, realizado em Porto Alegre em 2023, a obra reúne capítulos orientados por duas questões centrais: que futuros alimentares são considerados “sustentáveis” e “desejáveis” por diferentes coalizões de atores e experiências na América Latina — especialmente no Brasil — e quais disputas, desafios e oportunidades moldam essas visões de futuro? A primeira parte do livro foca nas políticas alimentares públicas e corporativas, explorando suas conquistas e tensões emergentes; já a segunda parte se volta à análise do ativismo alimentar, à diversidade das experiências mapeadas e às novas formas de mobilização. A obra interessa não apenas a pesquisadores da área, mas também a gestores públicos e organizações da sociedade civil envolvidas com políticas e ativismos alimentares.

**ESPERAMOS VOCÊS NO 11º ENCONTRO DA
REDE DE ESTUDOS RURAIS!**

1 A 5 DE SETEMBRO | VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



**(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas**



Associe-se à Rede de Estudos Rurais!

Agora a Rede está com facilidade e novas formas de pagamento para as anuidades dos associados.

Esta é uma ótima oportunidade para você colocar a anuidade em dia, pois estamos com a opção de parcelamento do valor no cartão de crédito e pagamento via PayPal para pessoas que residem fora do Brasil.

Também temos outras opções de pagamento, como:



PayPal



Pix



Cartão
de crédito



Casas
lotéricas

Boleto
bancário

A Rede de Estudos Rurais deseja a todos os sócios, sócias e a quem nos acompanha que o novo ano que vem chegando seja de muitas trocas, aprendizados e, acima de tudo, de continuidade da luta por justiça no meio rural.

Seguimos animados com as novidades que vem por aí!



Rua Evaristo da Veiga, 47, sala 902, centro
CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/0001-39



redesrurais



redesrurais.org.br